

**O PAN-AMERICANISMO E O SÉCULO XX:
A HISTORIOGRAFIA PAN-AMERICANA NA REVISTA DO IHGB****PAN AMERICANISM AND THE 20TH CENTURY:
PAN AMERICAN HISTORIOGRAPHY IN THE IHGB MAGAZINE**

Resumo: Nesta pesquisa, o texto procura destacar as formas com que a historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) concebeu o sentido de *pan-americanismo* como projeto nacional. As fontes aplicadas aqui foram, todas, extraídas da Revista do Instituto Histórico entre os anos de 1930 e 1960, o que nos permite entender as transformações desse conceito ao longo dos anos que marcaram o contexto da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. A metodologia aqui aplicada se valeu desses arquivos digitais com acesso livre através do site do IHGB. A partir daí, os documentos recolhidos me possibilita estabelecer ligações com os conceitos históricos centrais de nação e de nacionalismo, progresso e temporalidade. O resultado desta pesquisa, portanto, revelou que o conceito de pan-americanismo foi desenvolvido como uma forma de discurso político das Repúblicas americanas vinculado ao sentimento nacionalista centenarista das independências da América.

Palavras-chave: Pan-americanismo, Nacionalismo, Historiografia, Século XX.

Abstract: In this research, the text seeks to highlight the ways in which the historiography of the Brazilian Historical and Geographic Institute (IHGB) conceived the sense of pan-Americanism as a national project. The sources applied here were all extracted from Historical Institut Magazine between the years 1930 and 1960, which allows us to understand the transformations of this concept over the years that marked the context of the Second World War and the Cold War. The methodology applied here made use of these digital files with free access through the IHGB website. From there, the documents collected enabled me to establish connections with the central historical concepts of nation and nationalism, progress and temporality. The result of this research, therefore, revealed that the concept of Pan Americanism was developed as a form of political discourse in the American Republics linked to the centenarian nationalist feeling of America's independence.

Keywords: Pan Americanism, Nationalism, Historiography, 20th century.

**Cristhiano dos Santos
Teixeira**
Mestre em Comunicação pela
Universidade de Brasília
(UnB)
cristhiano_mpl@yahoo.com.br

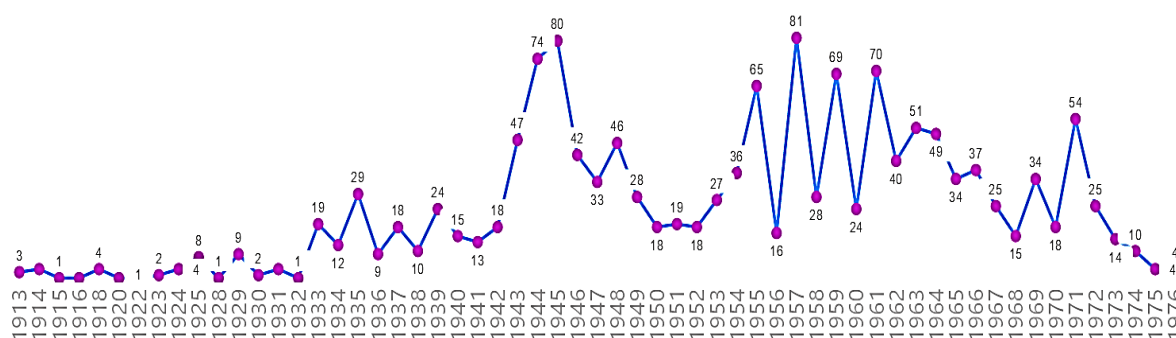


<https://doi.org/10.4013/rlah.2022.1127.08>

Introdução

Primeiramente, eu quis, aqui, trazer, para a luz de uma reflexão historiográfica, o tema sobre o “pan-americanismo”, vinculado aos processo de instituição da República no Brasil. O conceito de pan-americanismo se vincularia, aqui, portanto, a uma análise do comportamento da Revista do IHGB que, ao longo do século XX, incorporou a ideia de pan-americanismo vinculando-a, mais diretamente, aos temas dos seus Congressos, dos movimentos centenaristas (que marcou o início do século XX) e, principalmente, da própria noção moderna de nacionalismo Republicanista. Como atestou a historiadora Maria Tereza Chaves de Mello (2009), “estamos diante de uma geração profundamente engajada na vida do país e interessada em decifrá-lo com vista ao seu encaminhamento na senda do progresso e da civilização, no caminho do futuro. Fora dessa estrada, só havia obsolescência e ignorância.” (Mello, 2009, 19). Abaixo um exemplo da quantidade de vezes que o IHGB citou o “pan-americanismo”:

FIGURA 1 - Gráfico de 1913 até 1976 onde ilustra a quantidade de vezes que aparece na Revista do IHGB a palavra “Pan-americanismo”.



Fonte: Crono.Data, “chd.ifch.unicamp.br, <https://doi.org/10.25824/redu/CRM7ZU>”

Observe que entre as décadas de 1940 e 1960 há um aumento substancial variável de busca pelo tema. O que possivelmente estaria vinculado ao contexto de maior tensão da Guerra Fria. O que impacta uma política sobre o discurso de solidariedade americanista. Nesse contexto, em uma conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1954, na ocasião, o médico Ivolino de Vasconcellos (1917-1995) havia proclamado que: “A fixação do

‘Dia Pan-americano’ a 14 de Abril, - que vem de transcorrer, neste mês, coincidindo com as pompas litúrgicas da Semana Santa, - seria a venturosa decorrência de tão esplêndidas demonstrações de afetuosidade pan-americanista” (Vasconcellos, *RIHGB*, 1954, 428). Isso traduz em termos teológicos essa sua espiritualidade nacionalista, de união e patriotismo, como um sentimento de grandeza e de força continental. Sendo assim, o dia 14 de Abril havia sido instituído como um dia simbólico e data oficial do “Dia da América” e do Pan-americanismo.

O nascimento dessa data comemorativa foi posta nessa condição pela “pompa litúrgica” dessa glorificação pela América no contexto da Guerra Fria. Como apontou Gabriela Correa da Silva, na sua tese “*Dos passados heterogêneos ao mosaico continental: pan-americanismo e operação historiográfica*” (2019), esse tema nos permite, hoje, entender a mobilização organizada em prol das relações que ocuparam lugar nessa mítica nacionalista das américas. Segundo ela, essa mobilização dos intelectuais brasileiros em torno desse conceito, contribuiu significativamente para que esses historiadores pensassem as relações entre o “passado, o presente e o futuro do Brasil e da América na chave pan-americana” (Silva, 2019, 13).

Uma das tantas decorrências disso foi a busca pela constituição e representação de um passado comum para os países americanos, que se deu ao longo do período aqui adotado como recorte. Assim, argumenta-se nesta pesquisa, a emergência do pan-americanismo como uma questão relevante contribuiu para alterar o modo como era pensada a história do Brasil a partir do IHGB. Em um momento em que se buscavam os caminhos para a inserção do país na modernidade, reinterpretar certas figuras e eventos do passado brasileiro a partir da chave panamericana era, para muitos intelectuais do período, uma forma de subir os degraus da longa escada do progresso. A história era, mais uma vez, convocada para fins identitários, que agora eram um pouco distintos daqueles do período imperial: ela deveria tornar possível a identificação entre nós e os vizinhos hispânicos, e, sobretudo e preferencialmente, norteamericanos. Esta convocação orientou sua escrita e o seu ensino. Para isso, era preciso criar uma nova pedagogia, que embasasse a formação dos cidadãos pan-americanos e forjasse a consciência americana. A investigação centrada nos textos produzidos no IHGB e por autores a ele vinculados é reveladora de tal esforço (Silva, 2019, 18-19).

Como sugeriu Gabriela Silva, nesse período ocorreu a consolidação da República que se caracterizou mais como um projeto que buscava superar o seu atraso nacional. Um projeto que visava traçar um plano moderno de integração das américas, do que uma expressão meramente patriótica sobre ele. Tal projeto, revestiu-se por uma definição de modernidade na

qual o projeto pan-americanista seria um conceito catalizador da formação de um “*supersujeito ocidental*”, na qual a modernidade, nesse contexto, foi redesenhada por esse sentimento de “potência” nos termos da sua globalização. Essa ideologia republicanista das Américas, fez com que o Brasil, no início do século XX, se pautasse, portanto, nesse olhar da história nacional através do viés americanista. Segundo Gabriela Silva, neste momento, a história brasileira passou a englobar, mais abertamente, um projeto mais totalizante, ou seja, “uma história do Brasil pensada em seu contexto americano” (Ibidem, 24).

Neste caso, quando recorremos, por exemplo, ao discurso proferido pelo ex-presidente Getúlio Vargas, que ainda, alguns anos mais tarde, reforçava essa política moderna de integração das américas, cujo projeto nacionalista borbulhou nos anos 1930-40, declarou incisivamente (em certa ocasião à bordo do encouraçado ‘Minas Gerais’, em 11 de junho de 1940) que “a ordenação política não se faz, agora à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional sem peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, (...)”¹. Em 1950, em sua mensagem pública anual, Getúlio Vargas também havia recomendado que o Brasil, naquela ocasião, ainda precisava “aprender a pensar internacionalmente” (Soares, 1958, 226). Para Vargas, segundo Gabriela Silva, assim como ocorreu em outros anos anteriores, mas com uma certa novidade, o seu projeto político nacional apontava “para a existência, no autodeterminismo do ‘Estado Novo’, de um projeto político que incluía a construção de uma imagem para o presente que se inaugurava e, em decorrência, para o passado que o antecedia, assim como para o futuro que seria sua própria criação” (Silva, 2019, 119). Abre-se aí o pan-americanismo (com uma consciência continental dirigida para um projeto de fortalecimento das nações) como um projeto modernizador. Condicionado à ideia de república, resultou, no século XX, em uma forma moderna do seu progresso. Nesta condição, como salientou Maria Tereza Chaves de Mello, o próprio termo “república”, associado ao imaginário pan-americanista, passou a ser, naquele momento, incorporado como “uma marca: o sinal do futuro. Como evolução ou como revolução” (Mello, 2009, 29).

¹Discursos pronunciado a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, Capitânea da esquadra nacional, a 11 de Junho de 1940

2 A revolução da historiografia nacionalista pan-americana e o ideal de União internacional.

A etnologia do prefixo “pan-” é de origem grega, e se revelaria como uma espécie de elemento ideológico que recaiu sobre uma noção de laço, como foi idealizada na América no século XX. Assim, o termo trouxera, nesse momento, para o campo da historiografia, principalmente a partir da década de 1930, no Brasil, como extraímos aqui do Gráfico (Figura 1) e do discurso de Getúlio Vargas, não apenas como uma nova concepção sobre as estruturas específicas dessa nacionalidade continental pan-americana que se desenhava no sentido econômico, mas, inclusive, como uma nova experiência estabelecida pela noção moderna de fronteira e união continental, entendida a partir dos seus laços históricos. Enquanto o “perigo” imposto pelo domínio do totalitarismo ameaçava a paz e a civilização do Hemisfério Americano, Getúlio Vargas havia ratificado uma política tradicional de fraternidade nas Américas, onde reforçou, em setembro de 1941, que:

As nossas armas nunca deverão voltar-se contra os irmãos; a preparação bélica dos povos americanos é defensiva e, propriamente, não pertence somente à Nação que o detem – pertence a todos e constitui o arsenal do Continente. Não está no espírito, como não está na linha política da América agredir nenhum povo ou violar o direito de outrem (Doca, *RIHGB*, 1917, 127).

O termo “pan-americanismo” foi, então, ganhando destaque e força no século XX, e foi sendo, aos poucos, introduzido nos debates historiográficos e políticos da época. Extraído, pela primeira vez, das páginas do jornal estadunidense *The New York Evening Post* (1882), justamente em favor das campanhas promovidas pelo então secretário de Estado James Blaine, que tinha como objetivo promover exatamente a realização de uma primeira Conferência americana em Washington, ocasião em que colocou em mira os interesses pelos novos mercados americanos dos Estados Unidos.

O próprio conceito de centenarismo também demarcou aí um estímulo crescente de ruptura, que foi incorporado pelos americanistas no Brasil. Os folhetos de 1933, por exemplo, que circularam na cidade do Rio de Janeiro, já tinham como finalidade a divulgação das ações *de la* União Pan-Americana, na qual o IHGB se colocou como agente natural e atuante direto nessa tentativa de reconciliação continental no contexto recente, ocorrido com as

comemorações centenárias das independências no início do século XX. Encaixando-se dentro outros a uma ‘corrente poderosa’ que se aproximaria das “Repúblicas da América”. O termo “pan-americanismo”, portanto, só passou a ganhar maior força, como veremos, a partir do século XX, vinculado a ideia de ameaça dos conflitos mundiais.

Foi a partir do ano de 1933 que se passou a incluir, com maior frequência, e também com maior efetividade, na parte das atividades comemorativas administradas anualmente pelo Instituto Histórico Brasileiro, a incorporação da matéria oficial das sessões das ‘Conferências’ dedicadas ao “*dia pan-americano*”. Estas publicações perduraram até mais ou menos o ano de 1963.

Tabela 1 – Lista de conferências ao “dia pan-americano”

Ano	Autores/Títulos e conferências centrais das publicações vinculadas ao tema das comemorações das américas e o “Pan-americanismo” no IHGB.
1933	Conferência do Sr. Rodrigo Octavio Filho sobre o <i>Dia das Américas</i> .
1934	Conferência do Sr. Rodrigo Octavio, sobre o “Dia das Américas”.
1936	Conferência do sr. Pedro Calmon, sobre o <i>Dia das Américas</i> . Conferência do sr. Ricardo Levene, sobre <i>O conceito de História Americana e das novas investigações históricas no Brasil e na Argentina</i> .
1937	Conferência do sr. Basílio de Magalhães sobre o Dia Pan-americano.
1938	Conferência do do sr. Rodrigo Octavio Filho sobre a <i>Doutrina de Monroe e o Panamericanismo</i> .
1940	Alexandre de Gusmão e o Monroismo (Monroe), pelo sr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes. Conferência do sr. Antônio Leoncio Pereira Ferraz, sobre o <i>Panamericanismo e suas origens</i> .
1943	Conferência – <i>Tradição pan-americanista do Brasil</i> , pelo General Souza Doca.
1944	Conferência – <i>O dia panamericano</i> , pelo ministro J. M. Carvalho Mourão. Crítica de livros: <i>Os pan-americanos</i> , por Feijó Bittencourt.
1945	Conferência – O Dia Pan-americano, por Pedro Cavalcanti.
1946	Conferência – <i>Dia Panamericano</i> , pelo Gal. E. Leitão de Carvalho.

1947	Conferência – <i>O Pan-Americanismo e o Super-Estado Americano</i> , por J. C. Ataliba Nogueira. Discurso – <i>Dia Pan-americano</i> , por Manuel Pulido Mendez.
1948	Conferência – <i>O pan-americanismo no quadro geral da civilização ocidental</i> , por Feijó Bittencourt.
1950	Transcrições – <i>A Comissão de História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História</i> , por Silvio Zavala. Conferência – <i>Dia Pan-americano e o generalíssimo Francisco de Miranda</i> , por Feijó Bittencourt.
1951	Conferência – <i>O Dia Pan-americano. Centenário do bacharelado em Letras de Ferreira Viana</i> , por Feijó Bittencourt.
1952	Conferência – <i>Primeiras manifestações pan-americanas no Brasil</i> , por Arthur Cesar Ferreira Reis.
1953	Conferência – <i>Novas formas de cooperação interamericana</i> , por Renato de Mendonça.
1954	Conferência – <i>Asclépio e o Pan-americanismo</i> , pelo professor Ivolino de Vasconcelos.
1956	Conferência – <i>O Pan-americanismo e os modernos impactos regionais</i> , por Sergio C. da Costa.
1957	Conferência – <i>Variações em torno do Pan-americanismo</i> , por Cláudio Ganns. Transcrições – <i>O Brasil e o Pan-americanismo</i> , por Hélio Viana.
1958	Conferências – <i>Novos conceitos de Pan-americanismo</i> , pelo embaixador Alvaro Teixeira Soares.
1959	Conferência – <i>O Pan-americanismo e a O.P.A.</i> , pelo Dr. Ildefonso Mascarenhas da Silva. Transcrições – <i>Simonsen e o pan-americanismo econômico</i> , pelo Dr. Arthur César Ferreira Reis.
1963	Conferência – <i>O Pan-americanismo</i> , pelo embaixador Antônio Camilo de Oliveira.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Observe que o recorte escolhido levou em consideração justamente a primeira vez que o tema do “pan-americanismo” aparece pela primeira vez na Revista do IHGB em 1933, no índice, e a partir de 1963 desaparece completamente do índice como tema central.

Celebrar o “Dia Pan-americano” passou a constituir um dever essencialmente cívico. Mais como uma obrigação para o desenvolvimento diplomático, contido nessa historiografia política com outros países vizinhos da América, do que uma mera manifestação de solenidade. O que por longas décadas, deu-se pelo seu cumprimento de se discutir sobre o tema que, ao

longo dos anos, foi ganhando novas interpretações. Essas Conferências se tornaram recorrentes, quando coube, então, ao eminente consórcio, e ex Ministro do Supremo Tribunal Federal, Rodrigo Otávio em 1933, pela primeira vez, proferir um discurso que acentuava o sentimento dessas comemorações, que se intitula na Revista do IHGB como “Conferência do Sr. Rodrigo Otávio sobre o *Dia das Américas*”.

Por bem avisada sugestão da *Pan American Union*, o Presidente Hoover criou, em 1931, o dia pan-americano, destinado a comemorar a effectividade da concordia continental. Estendida a significativa sugestão aos demais Estados da América, vai por toda a parte, sendo seguido o exemplo do chefe da grande União do Norte e póde-se dizer que já, desde alguns annos, em todos os recantos das tres Americas num mesmo dia, sob a inspiração do mesmo sentimento, largo e generoso, elevam-se de todos os espíritos os votos e anhelos pelo futuro do continente, na paz e na fraternidade (Otávio, *RIHGB*, 1933, 715).

No documento, Rodrigo Otávio, primeiro, reforçava, agraciado, o empenho com que os institutos históricos passou, a partir daí, a se vincular aos esforços das comemorações em torno dessa data simbólica importante para a memória do continente, como uma manifestação de desejo pelas causas nacionalistas da América. O que, segundo ele, dizia respeito ao pedido do “egrégio presidente” perpétuo do instituto histórico do Rio de Janeiro (na época o conde de Afonso Celso) que havia lhe pedido que, para aquela ocasião de abertura, o orador evidenciasse, em seu discurso, qual seria o “real” significado próprio dessas comemorações(?). Então ele diz:

Senhores, o pan-americanismo é um sentimento de solidariedade, de cooperação e, pois, de cordialidade e de paz, e póde parecer estranho que se venha falar de paz e cordalidade nesta hora da vida do continente, em que quatro dos seus Estados se enfrentam numa ameaça contristadora e temerosa de guerra. (Otávio, *RIHGB*, 1933, 715).

Como sabemos, as nações beligerantes no contexto dos conflitos da Segunda Guerra, foram movidas por toda uma carga amarga de mudanças no campo da técnica e do plano de reconhecimento e autoridade da cultura frente aos conflitos internacionais. Além de germinarem os seus inimigos, ela também despertou e empregou nas pessoas um “novo” tipo de sentimento de solidariedade continental das américas, na forma de uma pedagogia político-econômica com deveres cívicos a serem conservados. Esse gesto de autorreconhecimento

entre os povos da América, que tentavam definir as linhas gerais das suas semelhanças, segundo a lógica histórica imposta pela colonização, atuou como matéria dessa “unificação” continental, como ocorreu com a formação das “Confederações de Estados Americanos”, ou pela realização de “Congressos Internacionais”, onde se estabeleciam, ao mesmo tempo, os seus pactos e fixavam as normas comuns de vida e de experiência no contexto geral das suas ações.

Elevemos, pois, nossos pensamentos neste dia de consagração colectiva, até a gloria imperecível e inegalável de Bolívar e de Monroe. Como já tive ocasião de dizer um dia, não nos devemos esquecer, porém, povos da América, na consagração desse dia, que fica sendo o do reconhecimento da independencia de cada um de nosso Estados, ao mesmo tempo que o da proclamação dos deveres que o sentimento de solidariedade continental cria em beneficio da communhão geral, não nos esqueçamos, cada um de nós, dos patronos de nossas nacionalidades, daquelles que, inspirando-se na licção eloquente de Bolivar, incutiram no espírito de seu povo o sentimento da liberdade e, compreendendo o alcance das palavras de Monroe, de cujo sentido se desprende o principio de que a União faz a força, collaboraram com elle, desde logo, para a obra da unidade espiritual da America (Otávio, *RIHGB*, 1933, 719).

De acordo com a historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães, “à medida que crescia o apostolado do patriotismo, reflexo da Primeira Guerra Mundial, tomava corpo uma onda de interesse pelas questões continentais” (Guimarães, *RIHGB*, 1997, 221), que, segundo consta, vários setores da sociedade passaram a perceber no conflito, com as guerras mundiais e depois com a Guerra Fria, um arauto dessa “nova era”, viu-se “subjacente à febre de ‘brasilidade’, cultivava-se a idéia de desenvolvimento de uma política de solidariedade”(Ibidem, Idem).

Segundo Pedro Calmon “O que foi acolá agonia, aquí *agora* é lirismo” (Calmon, *RIHGB*, 1936, 266). A América seria para Pedro Calmon um arquétipo desse novo “mundo em marcha”, com as suas populações que se elevavam ao máximo tentando alcançar o seu “espírito inventivo”, na qual pudesse transparecer uma América que pudesse ser, portanto, um continente capaz de se reconhecer como “co-irmã”, mergulhada em intensas, rápidas e profundas transformações: “O progresso não é a sua vocação, porem, a sua medida” (Ibidem, p. 264), afirmou Calmon.

Para Rodrigo Otávio (1933), o americanismo destinava-se “à grande causa da afeição e da justiça”. E, como sustentou Manuel Cícero, “as conquistas desse *novo* pan-americanismo que data de 1889”, com o nascimento da República no Brasil, protestava em favor daquilo que chamou de a “alma de Homem Novo” das américas.

Aqui a poesia da vida e o vago idílio ambiente se derramam sobre a política das nações e a literatura que a espiritualiza, sobre o carácter nacional e a tolerância entre os governos, sobre a soberania dos Estados e os pensamentos das elites. Forjou-se com esses metais a liga pan-mericana! (Calmon, *RIHGB*, 1936, 266).

Isso nos levaria a identificar que a ideia de “pan-americanismo” estava, como podemos observar, diretamente associada à ideia de “pacificação”, de “purificação” e de “progresso” no século XX. Vinculando-se, portanto, à experiência contemporânea das guerras e das questões raciais que dominavam os estudos e as críticas sobre as culturas na época: “Pois se o conflito é a lei do século, e a conciliação a índole continental, oponhamos a nossa amizade inteligente ao determinismo de um tempo estúpido” (Ibidem, 276).

Como havia dito o general Emílio Fernandes de Sousa Doca (1894-1945), na sua conferência realizada em 1943, “não é, por tanto, o simples egoísmo da defesa, quando esta, mais do que nunca, se faz necessária pela união dos ameaçados” (Doca, *RIHGB*, 1917, 105). Em outro documento, de 1938, o presidente do instituto histórico do Brasil, Manuel Cícero, afirmou, num tom de aflição, que naquele “atual momento histórico, mais do que nunca, devem os povos americanos cultivar esse ideal” de fortalecimento das raças e culturas da América (Cicero, 1938, *RIHGB*, 689). Essa busca pela “pacificação”, fruto dessa cultura de interesses nacionalistas americanista, se vincularia, portanto, ao princípio da solidariedade internacional que tem como ponto de referência a busca pela sua “redenção” e não pelo seu dogma.

Benedict Anderson (2008) não exclui a lógica de que esse tipo de caráter quase que patológico do nacionalismo americano, sendo que ele não poderia sufocar o seu vínculo com o medo e com o ódio ao colonialismo do passado e as “suas afinidades com o racismo” (Anderson, 2008, 199). Esta questão apontava para o fato de que todos os esforços de autoridade da América dependeria de um “interesse nacional”. Assim, “o fato é que o nacionalismo pensa em termos de destinos históricos, ao passo que o racismo sonha com contaminações eternas, transmitidas desde as origens dos tempos por uma sequência interminável de cópulas abomináveis: fora da história” (Ibidem, 208).

Outra questão importante, que foi levantada por Pedro Calmon, impôs que o “pan-americanismo” seria uma espécie de “força, espírito e movimento” inseridos na ordem do seu progresso natural, o que dependeria de um fortalecimento das suas relações políticas. O conceito que Calmon atribuiu à ideia de pan-americanismo acabou lhe rendendo uma imagem

de movimento no tempo histórico; de deslocamento, de mutação, de energia, assumidos como sendo algum tipo de matéria histórica da sua cultura, que se encontrava no passado colonial essa semelhança.

Segundo ele, a história das nações “não têm *mais* sentido neste mundo novo as noções de imobilidade” (Calmon, 1936, 269), ou seja, de inércia social das “raças” e das culturas. Segundo Le Goff, a historicidade havia permitido, “por exemplo, refutar no plano teórico a noção de ‘sociedade sem história’, refutada por outro lado pelo estudo empírico das sociedades estudadas pela etnologia [Lefort, 1952]” (Le Goff, 1990, 18).

Sendo assim, em vários aspectos desse nacionalismo americanista, o “pan-americanismo” foi definido principalmente em termos intelectuais, baseado-se no ideal de força e de coragem, formada por populações de “raças viris” e originalmente fraternas, onde essa segunda onda do progresso com a formação de blocos no século XX, serviu como produtora desse espírito comunitário, que havia sido dissolvida também pelas virtudes dessa revolução como uma nova forma de política internacional das américas.

Para o historiador argentino Ricardo Levene (1936), considera-se o pan-americanismo como sendo um movimento importante de ‘transição’ na história, que, segundo ele, manifesta as incertezas que recaíam sobre o seu futuro. Essa transição deveria ser feita de maneira que funcionasse como uma espécie de ‘preparação’ para o presente a sua preservação para o futuro, visto como um horizonte cheio de glórias do povo americano. Sendo assim, vemos aí uma relação na qual o tempo presente havia sido determinado por aquilo que já se prenunciava enquanto experiência para o futuro.

Em outro documento, também extraído da Revista do IHGB, e que data da “Primeira Sessão Ordinária do ano de 1938, em 13 de Abril”, o discurso do então conferecista Rodrigo Otávio Filho² (1892-1969), no ‘Dia da América’, intitulada de “*Conferência sobre a Doutrina de Monroe e o Panamericanismo*”, refletiu para o público presente, incluído as autoridades políticas, sobre os vínculos nacionalistas americanistas a partir de uma nova era que nascia vinculada à concepção voltada para a união das américas, o que correspondia, naquele momento, a uma realidade em que foi sendo idealizada a partir das euforias nacionalistas que se formaram com o espírito centenarista das independências no século XIX, no intuito de lhe

² Filho de um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras a quem sucedeu em 1944 na cadeira nº 35.

atribuir uma imagem que fortalecesse essa ideia de modernização e de progresso do continente. Onde “A solidariedade americana é uma realidade.

O *Dia da América* é um símbolo” (Filho, 1938, 691), afirmou Rodrigo Otávio. Segundo Rodrigo Otávio Filho, toda a realidade, nesse sentido, deveria também corresponder como símbolo dessa autoridade americana, caracterizado por “uma idéia ou por uma imagem” construída para atender os anseios imediatos da guerra. Para ele, o idealismo brasileiro significava, antes de tudo, uma essência de uma consciência do “ser” continental, como povo, que reforçava que a ideia de república e de americanismo também carregam consigo o “sinal do futuro”. Como destacou o historiador estadunidense Benedict Anderson, os nacionalismos que surgem no início do século XX possuem “um caráter profundamente modular”, onde se insere, além de outros tipos, “a ideia republicana de cidadania criada nas Américas” (Anderson, 2008, 191).

Segundo indicou Anderson, no século XX as américas se inclinaram a construir imagens e conceitos globalizantes das suas culturas, destinadas à formação de blocos político-sociais e militares, destilados as experiências caóticas e turbulentas das guerras e subordinadas aos grandes centros dessas empresas contra as supostas ameaças advindas da Europa, onde se concentravam a criação de bases para uma identidade da América e as novas “comunidades continentais” que se formavam.

No subtítulo da conferência intitulada de o “*Panamericanismo Brasileiro*”, Rodrigo Otávio Filho (1938) buscou também retomar ao que podemos chamar de raízes históricas do pan-americanismo brasileiro. A partir do qual reitera sobre a prova da sua antiguidade, através dos esforços no passado para a criação de uma política pan-americanista colocada em prática outrora por Alexandre de Gusmão com o ‘Tratado de Madrid’ de 13 de Janeiro de 1750³, e que se repetia com a “Guerra na Europa, mas Paz na América”. Aqui, aparece também a figura de José Bonifácio atuando no sentido dos processos da independência do Brasil em 1822, como um projeto que, segundo ele, se refletia na Doutrina Monroe. No texto, R. Otávio busca explicar os esforços do Brasil para alcançar uma política diplomática interamericana que fosse delineada pela sua própria natureza histórica e cultural, que teve início ainda no período colonial.

³Em que acrescentou uma cláusula em que declara que se houvesse uma guerra entre Portugal e Espanha “queriam seus reis que não se sentissem em guerra entre si os seus súditos da América”.

Segundo Rodrigo Otávio, o Brasil foi o primeiro país da América que aderiu à Doutrina Monroe, o que significava, para ele, que os princípios americanistas de outrora continuavam ainda sendo contemporâneos. Segundo ele, “Se o Brasil foi o primeiro a aderir à Doutrina de Monroe, os Estados Unidos haviam sido os primeiros a reconhecer a independência do Brasil” (Filho, 1938, 705), determinando, assim, as raízes dessa diplomacia internacional entre os dois países.

Já para Antônio Leôncio Pereira Ferraz (1940), outro conferencista no IHGB, seria devido justamente à figura de Alexandre de Gusmão no passado que se criou a responsabilidade de, em 1750, estabelecer as bases de uma política continental “alicerçada nos mais nobres ideais de justiça e fraternidade” (Ferraz, 1940, 376). Estas palavras, extraídas da “Conferência do Sr. Antonio Leoncio Pereira Ferraz sobre o Panamericanismo e suas origens”, busca demonstrar, através de um longo relato histórico, a prova de que a americanidade havia nascido exclusivamente na mestiçagem, própria da América Latina, associando-a aos reflexos dessa vontade por liberdade e por autodeterminação das raças da América. Sendo que o mestiço também se tornava, para ele, o elemento essencial desse processo de consolidação de um espírito americano, onde enfatizava que “A América é sobretudo obra da mestiçagem” (Ibidem, 376).

Segundo Antônio Ferraz, foi justamente a esta representação exótica dada à “nudez paradisíaca” das américas e pautado na imagem guerreira do nativo americano, que inspirou grandes obras literárias e grandes personagens que figuraram sobretudo o imaginário indianista do romantismo no século XIX: “Tais figuras inspiraram à poesia épica brasileira o tipo de Moema, que empresta feição romântica à história daquele famoso patriarca americano, egresso das águas, como criatura sobrehumana” (Ferraz, 1940, p. 376). Dessas relações colonialistas, segundo afirmou Ferraz, a América havia gestado uma política aristocrática pela mestiçagem, o que pesou sobre o futuro da cultura no continente. Como percebemos, o índio também havia sido colocado como fonte dessa força, desse espírito nacionalista (da terra) que os invasores visaram subtrair com fins especificamente econômicos.

Portanto, segundo Antônio Leôncio Ferraz (1940), com as consequentes lutas europeias, e as constantes guerras no contexto internacional das nações, estes atribuíram aos colonizadores, em toda a América, a convicção da sua própria força, onde “o *criollo* foi, por excelência, o fator da libertação do continente. Recusado pelo homem branco europeu, onde

tornou-se muito mais americano; e com ele se afirmou, bem cedo, um novo tipo de espírito” (Ibidem, 383) da nação.

Alguns mulatos claros se encastelavam num indianismo que polarizou, assim, o descontentamento geral, em plena evolução. Seria uma bandeira, uma verdadeira mística, em suma. *Aztequismo* no México, *incaismo* no Perú e adjacências, *caribismo* em Venezuela, *nativismo* no Brasil, são claras manifestações de um americanismo, em que se recorda e exalta a resistência do íncola dinata do invasor (Ferraz, 1940, 384).

Contudo, Emílio Fernandes de Sousa Doca (1979) nos diz também que essa escolha em prol do nome do diplomata Alexandre de Gusmão, que foi compartilhada entre os seus colegas no instituto histórico brasileiro, se assentou no fato de que ele havia sido o primeiro a condenar a guerra do Brasil dentro dos limites da prática da sua diplomacia em benefício da paz, proibindo qualquer tipo de conflito “nas terras, nos mares e rios americanos”. Como consta em outro documento da conferência, proferida por Afonso Toledo Bandeira de Melo (1955):

As perturbações profundas que, de tempo em tempo, agitam as nações, - diz o Professor C. Delgado de Carvalho – determinam crises políticas em que salientam tendências nacionalistas de modo mais consciente e com maior ênfase (...) Como no passado, fomos precursores de uma sã doutrina nacionalista, empenhomonos, no campo internacional, sem servir também de exemplo para uma nova concepção de ordem política mundial” (Melo, *RIHGB*, 1955, 285).

Esse sentimento com a guerra certamente foi o que levou a identificação do conceito de “pan-americanismo” no século XX, condensada pelos termos dos movimentos de emancipação colonial, onde se convergiam o encontro, ou melhor, o epicentro dessa união – questão central no contexto das celebrações dos “cem anos” das independências dos países da América.

Assim, como acompanhamos até aqui, “Americanismo” e “independência” se tornaram, portanto, elementos totalmente indissociáveis nessa relação nacionalista que reuniu no seu repertório conceitual os fundamentos das suas raízes pan-americana; como forma de resistência no século XX elevada ao mito de superioridade racial pregada pela Europa. Além dessa conferência feita por Emílio Souza Doca, na tribuna do IHGB, que foi registrada no volume 179 de 1943 da sua revista, sobre a “*Tradição pan-americana do Brasil*”, outro título que data desse mesmo ano, e que consta no volume 181 da revista, há uma conferência da sessão comemorativa do “Dia Pan-americano” que reforça esse seu compromisso de

solidariedade e de fraternidade americanista como lastro continental dessa nova identidade, que eleva esse sentimento de superioridade racial latino-americana.

Em outro discurso, também sobre a conferência do “Dia Pan-americano”, intitulada de “*Significações, causas, evolução e destino Pan-americano*”, proferido por J. C. de Carvalho Mourão (1944), apresenta a América como sendo um “elo”, ou melhor, um “epicentro” das transformações advindas dos avanços colonialistas sobre a América. O que segundo ele, contribuiu para o surgimento de “um novo tipo humano; *novo*, quer do ponto de vista antropológico, quer sob o aspecto moral, político e social” (Mourão, *RIHGB*, 1944, 239) (*grifo meu*).

Já no volume da Revista do mesmo ano, de 1944, tomo 184, na parte sobre “Crítica de Livros”, outro título também chama atenção. Intitulado de “*Os Pan-americanos*”, por Feijó Bittencourt (1893-1957)⁴, seu discurso constituiu mais uma crítica ao livro “*Pan-americanos*” do historiador e professor baiano Braz do Amaral (1861-1949), onde, em linhas gerais, demonstrava a urgência dessa obra em ameaças que vivia a América frente aos conflitos da guerra. Segundo Bittencourt (1944), seu livro seria, para aquela ocasião, um repertório de lições que se dirigia à introdução, renovadora, de uma História da América no Brasil. Inicialmente, o livro de Braz do Amaral, segundo Feijó Bittencourt, apresentava os percursos que levaram à entrada dos portugueses na América o que resultou no início de um longo processo de socialização e trocas culturais. (Bittencourt, *RIHGB*, 1944, 210). Segundo Bittencourt, a América deveria vir a ser uma sociedade distinta das demais nações continentais, com os seus próprios interesses voltados para a solidariedade internacional, de maneira que pudesse atender aos seus próprios anseios. A emancipação da América, segundo ele, representou entre outras coisas, “a razão de ser da independência de cada um” dos indivíduos que constituía essa grande nação continental. O que quer dizer também que esta emancipação significou, no fundo, o estabelecimento nacional dos seus modos, específicos, de “ser americano”.

Segundo Bittencourt, “na guerra atual, a América entrou nela tendo necessidade de falar do Continente americano e da sua expressão própria” (Ibidem, 212). Segundo a sua lógica, foi a Doutrina de Monroe quem tornou a América uma expressão própria da sua política nacionalista e totalmente distinta daquela da Europa. O que Bittencourt tentava demonstrar é que o livro, oportuníssimo para o seu atual contexto, de Braz Amaral, esmiuçava,

⁴ Historiador Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt.

pela primeira vez, o perfil histórico do pan-americanismo: “O livro veio chamar a atenção para a expressão que têm as nações americanas” (Ibidem, 215). Segundo ele, pela primeira vez, via-se que “a história estava emprestando as suas luzes ao pan-americanismo, razão pela qual o assunto político atual é *também* uma questão histórica a ser cada vez mais explorada” (Ibidem, 214).

Se toda narrativa é também expressão da vida, o pan-americanismo, como objeto dessa historiografia brasileira, definia-se, também, através dos termos dessa temporalidade, como um sentido vital dessa política continentalista. Segundo Pedro Cavalcanti (1945): “Somos irmãos que vivemos à mesma margem do Atlântico e que podemos caminhar um para o outro sem perder de vista a terra mesma da América. Não transitaremos nunca em margens opostas” (Cavalcanti, *RIHGB*, 1945, 109).

Na Conferência sobre o “Dia pan-americano” de 1946, proferida pelo general do exército Estevão Leitão de Carvalho (1881-1970), nos alertou para o fato de que, na época das independências, as reuniões e os congressos americanistas contribuíram para se manter ali um certo equilíbrio em relação aos planos e projetos de proteção e ajuda mútua. Assim, a independência não havia significado apenas o direito e a garantia da liberdade nos termos jurídicos e administrativos dos povos americanos, mas também se tornou “imprescindível o reconhecimento da independência de seus interesses” (Mendez, *RIHGB*, 1947, 232) em todos os aspectos das suas vontades e necessidades próprias.

No “Dia Pan-americano” de 1947, o então embaixador venezuelano Manuel Polido Mendez dissera que o pan-americanismo era “la autposesión de su ser más interior e divino” (Mendez, *RIHGB*, 1947, 232). Segundo ele, estas eram as “virtudes ígneas do gênio humano” com as suas vicissitudes, que é, como ele cita, “por fuera limitado, por dentro sin limites” (Ibidem, 233).

A compreensão do americanismo está, portanto, subordinada a uma forma variada de concepções sobre essa “unidade” continental que foi buscada a partir do instante em que se passou a admitir que entre os países americanos prevalecia a *liberdade* das nações e dos seus *indivíduos*. Mas que tinha de ser levado em conta também os efeitos desse livre consenso e não pela força. Frente a este júbilo das relações, que conjugaram os esforços em atribuir profusão histórica à América enquanto continente unificado, nos deparamos, em 14 de Abril de 1948, com a conferência de J. B. Magalhães sobre o “*Pan-americanismo no quadro geral da civilização ocidental*”. Nele, consta uma divisão no conjunto da sua reflexão, que começa

com o subtítulo de “Quando a América Surge no Mundo”, que diz respeito sobre os processos que levaram à construção de uma grande empresa marítima-colonial. Seguindo o subtítulo “Forma-se o Espírito Americano”, onde extrai do seu surgimento um ambiente em meio as disputas entre as potências “senhoras do mundo”. A partir daí formam-se as sociedades americanas, que, segundo ele, “é o embrião do *espírito americano* que se vai formando destarte, cujas primeiras manifestações no Brasil se deram no século XVII com a guerra holandesa” (Magalhães, *RIHGB*, 1948, 124). Ainda neste subtítulo, Magalhães colocou que foi justamente a partir da natural formação étnica das populações coloniais da América que o divórcio das colônias com as metrópoles se iniciaram, o que já se configurava, desde logo, no seu amor pela *liberdade* e pela supremacia continental.

No seu último subtítulo “A Evolução do Espírito Americano”, pela primeira vez apresentava as dificuldades e as contradições que marcaram os primeiros anos da instituição do “pan-americanismo”, levando-se em conta não apenas as dificuldades impostas pelas guerras mundiais, mas pelo fato de que em outras ocasiões nem todos os países americanos “falavam a mesma linguagem” (Magalhães, *RIHGB*, 1948, 130). A partir dessa crítica, ele se levantou contra as pretensões imperialistas estadunidense, prescritas pela doutrina de Monroe. Onde estabelecia, já no contexto de nascimento da Guerra Fria, os termos dos aspectos sociais e geográficos dessa população, os limites. Ou melhor, as diferenças existentes também em relação as “pretensões” e “interesses” do continente em caminhar de mãos dadas e unidas com um propósito: “Esta é a causa primeira das diferenças entre os progressos de um e de outro, cuja compreensão facilita agora o entendimento mútuo” (Ibidem, 132).

O que identificamos aqui é que os estudos desenvolvidos pelo IHGB, através de suas conferências, que retrataram o tema das américas, destinou-se aos estudos dessa nova história nacional do continente. De fato, como aponte aqui, o espírito de independência das Américas havia sido uma consequência sobretudo do espírito das nações americanas, onde “um” completava o “outro”, com a garantia da conservação dessa hegemonia americana, que, como vimos, não havia se consolidado na época da monarquia. Pois, desde o momento em que cada nação passou a querer conquistar a sua liberdade, elas começaram então a escrever também a sua própria história, que refletia a sua independência, na busca pela sua própria identidade nacional e dos seus próprios interesses coletivos: pautando-se na expressão socrática do “*Conhece-te a ti mesmo*”. Como ilustra o testemunho de Feijó Bittencourt (1951):

Com isso o Brasil se forma a si mesmo. É obra dos que compõem a sociedade que se constitui por si. É obra social que alastra, impôs-se e acaba criando doutrina, firmando direito, estabelecendo razões próprias com que se há de dizer que a América deve ser para os americanos, porque ela já se formou sendo conquista de uma sociedade que se desenvolveu de modo próprio (Bittencourt, *RIHGB*, 1951, 65).

Para isso, Feijó Bittencourt traz para o centro do seu discurso a obra de Afonso de Taunay (1876-1958), *História Geral das Bandeiras Paulistas*, onde procurou explorar o movimento bandeirista não apenas como uma expressão do seu percurso econômico marcado no território do Brasil, mas também como uma forma de como elas contribuíram para a formação interna e para a unidade política da “nação” na América. Estabelecendo suas próprias, canais de comunicação, de relação, ligação, união, etc. Segundo ele:

O bandeirante se tornou com a facilidade de movimentar-se no Brasil todo o elemento de política interna, e o governo recorrendo a um corpo de paulistas que seguiu pelo rio São Francisco, quando por ocasião da Guerra dos Bárbaros, vale-se pois da gente bandeirante a respeito de quem Taunay soube quando apontar. Varnhagen não compreendeu que espécie de questão foi a Guerra do Bárbaros, e apagou-a sob o vago da seguinte frase: “que nada, por assim dizer, relata o ilustre sorocabano das notáveis campanhas de Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso, das mais elevadas consequências, no entanto”. (Bittencourt, *RIHGB*, 1951, 69).

O bandeirismo, nesses termos, correspondeu a essa matriz do espírito de liberdade que nutriu as rotas comerciais, e que eram produto de “expedita gente em movimento”. A partir do qual definiram o espírito das atividades e a circulação das fronteiras na América, levando ao reconhecimento das suas riquezas, do movimento interno em que as populações praticavam as atividades comerciais e lhe proporcionava os meios próprios para o desenvolvimento de uma “vida econômica” social americana independente da Europa e dinâmica na colônia.

Em 1956, Sérgio da Costa concedia ao “panamericanismo” o título e a responsabilidade pela criação da ONU (Costa, *RIHGB*, 1956, 159). O tema principal da sua palestra, ao seu estilo, privilegiou, como ele sugeriu, uma espécie de “crônica internacional” ou de uma história do pensamento político como se fosse “uma crônica política da proliferação inesperada de organismos regionais” (Ibidem).

Veja que, segundo Sérgio da Costa (1956), a ausência de um sistema efetivo de segurança coletiva, variavelmente, levava as nações a se agruparem em entidades regionais de defesa. Essa tendência, passou a refletir os impulsos instintivos de autopreservação que caracterizou tanto o indivíduo como matéria desse pertencimento continental quanto do

cultivo das boas relações com os países vizinhos, incorporados como se fossem “aliados naturais”, determinado de acordo com as suas semelhanças históricas, como foi dito. E, se por acaso a conduta do vizinho se tornasse suspeita, a tendência seria procurar uma reaproximação futura, seguindo os conselhos da velha política venezuelana, que se definia pela sentença de que se deveria: “manter boas relações com o vizinho, mas ainda melhores com o vizinho do vizinho” (Bittencourt, *RIHGB*, 1951, 171).

Outro documento, que consta das “Transcrições”, feita por Hélio Viana (1908-1972), datado de 1957, e intitulado de “*O Brasil e o Pan-Americanismo*”, faz um balanço resumindo o “ideal pan-americanista” e suas sucessivas reuniões contra as pretensões de reinvestidas da Espanha e Portugal na América no contexto das revoluções de independências. Ele traçou um panorama rápido das “conferências Pan-americanas” e das “novas tendências” do pan-americanismo no contexto dos pós-segunda guerra, no intuito também de reforçar seu interesse com os seus votos de cooperação e de fraternidade internacionais.

Como percebemos aqui, a partir dos títulos extraídos, cada documento reflete as suas conferências o seu aspecto específico e correlato. Percebe-se que, talvez, pelo enfraquecimento dessas relações americanas os temas, desde 1956, publicados na Revista do IHGB, passaram de menor para maior número (ver Gráfico, Figura 1) atribuir, ao final da década de 1950 e início de 1960, uma variável que busca pelo tema uma outra dimensão de modernidade para o pan-americanismo. Como coloca a conferência intitulada de um “*Novo Conceito de Panamericanismo*”, de Álvaro Teixeira Soares (1903-1988), proferida no ano de 1958. Nela, o autor tenta demonstrar qual seria a importância da valorização da América em função da sua dicotomia entre o “Antigo” e o “Novo” mundo, nos termos da *historia magistra vitae*.

A lição do passado serve para a interpretação do presente. O passado é a câmara escura para as fotografias do presente. Quanto mais aprofundamos a análise do passado, mais nos convencemos da necessidade de salientar que a evolução política e econômica dos países americanos constituiu, num sentido amplo, uma demonstração de *vontade criadora*. (Soares, *RIHGB*, 1958, 217).

Segundo ele, o “amor à democracia” americana seria o elemento principal de “uma grande força moral” que se refletiria no fato de as nações americanas terem sido as “únicas” a resguardarem-se de todas as formas do nacionalismo imperialista norte-americanos. Segundo ele, “já alguém afirmou que a democracia é um luxo ao qual somente podem dar-se

as nações muito civilizadas (...) as nações americanas surgiram com uma *vocação democrática*” (Ibidem, p. 219). O que inclui aí uma crítica ao princípio da democracia como sustentáculo dos ideais do pan-americanismo contra os regimes antidemocráticos que também faziam parte desse contexto e que incluiria os regimes totalitários.

O autor descreve basicamente uma “vocação democrática” das américas, o que não é verdade. Seu olhar romantizador, vincula a ideia de democracia à sua natureza americanista, e se perde quando reforça que os Estados da América não mediram esforços em inserir, incluir, o índio antes marginalizado nesse projeto continental. Álvaro Teixeira ignora completamente as atrocidades cometidas pela escravidão africana no continente, como também recusa, no seu discurso, tratar de questões sobre as guerras entre os próprios países vizinhos, minimizando os impactos negativos das ditaduras na América Latina, como feições fascistas de Getúlio Vargas. Coloca-se, aí, uma falsa sensação de uma democracia de “equilíbrio social”, homogênea, que se naturaliza pelo domínio nacionalista dado as américas. Nesse caso, ele impõe que as nações e o Estados americanos incorporassem também, ao mesmo tempo, esse espírito de “boa vizinhança”, o que não lhe renderia a guerra e os conflitos de maiores profundidades. Se o autor da conferência quis, de alguma forma, estabelecer uma crítica à crise internacional da democracia, nesse caso, ele mesmo, esqueceu-se de dizer que os regimes totalitários também foram derrotados, e que, ao lado deles, outros regimes ditatoriais apoiados pelos EUA na América Latina também o foram. E que em determinados momentos da história romperam com os processos democráticos das américas.

O que extraímos, agora, é uma “nova” filosofia do pan-americanismo que se vale pela promoção do desenvolvimento econômico que substituiu a antiga filosofia da organização em torno dos processos de “Pacificação” das suas fronteiras. Isso refletiu na Conferência do ‘Conselho Interamericano Econômico e Social’, com um plano/projeto de convênio econômico básico de cooperação econômica interamericana para que fosse submetido à IX Conferência Internacional Americana que havia se reunido em Bogotá (Colômbia), no ano de 1948. O projeto que havia sido preparado e recolhido, destacava os princípios das ideias sustentadas em diferentes reuniões interamericanas, onde defendia que deveria ser ampliado a cooperação técnica e a diversificação da sua produção, fomentando, assim, a indústria, intensificando a agricultura, a mineração e a pecuária, e aumentando o comércio, fortalecendo as estruturas econômicas. Os Estados concordariam em estimular o desenvolvimento dos

mercados internos da América com a finalidade de fornecer os fundos necessários para cobrir as despesas de inversão da moeda nacional. (Silva, *RIHGB*, 1959, 163).

Apesar de não ter sido ratificado o Convênio Econômico de Bogotá, a OEA prosseguiu nos seus esforços para estabelecer normas econômicas interamericanas que sejam aplicadas. Nas reuniões posteriores à Conferência de 1948, foram adotadas resoluções de caráter econômico, que tornaram mais explícitas idéias já aceitas ou propiciaram melhor entendimento para cooperação econômica interamericana, o que levou a X Conferência Interamericana, Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, sessões do próprio Conselho Interamericano Econômico e Social e Conferências Especializadas, classificando os princípios gerais permanentes da política econômica interamericana, os princípios econômicos de aplicação transitória e as considerações referentes a situações particulares ou específicas de um ou mais países; que o trabalho fosse submetido à consideração da Reunião dos Ministros da Fazenda ou à Quarta sessão Extraordinária do próprio Conselho. Essa compilação tinha como objetivo principal servir de base para o estudo e preparação de um projeto de Convênio Econômico Geral. (Silva, *RIHGB*, 1959, 164).

Na sua conferência, Ildefonso Mascarenhas (1959), no subtítulo “A Operação Pan-Americana”, atestou que essa necessidade de promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos através da cooperação internacional, se assentava justamente no medo das “agitações sociais, de infiltração comunista e perturbação da Paz” (Mascarenhas, *RIHGB*, 1959, 169), aliando ao que chamou de “nova mentalidade” e “novos ideais”. Seu discurso destacava, também, um testemunho do seu tempo, que, naquele momento, havia sido tomado por um clima de incompreensão e insatisfação dos EUA com a América Latina, criando, assim, uma situação de hostilidade entre as duas partes do hemisfério ocidental, que viria, mais tarde, apoiar o golpe da Ditadura Militar.

A partir da segunda metade da década de 1950, com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o sentido incorporado ao conceito de pan-americanismo esteve associado aos sentimentos da luta contra o subdesenvolvimento, sem excluir a justiça e a lei moral, condenando a coexistência da miséria e os excessos da riqueza, direcionados para a defesa da dignidade humana contra as “perigosas germinações”: “O necessitado e o abandonado não podem resignar-se à injustiça de sua sorte, nem ligar-se fraternalmente ao que vive na fartura” (Mascarenhas, *RIHGB*, 1959, p. 174). Com a criação da OEA, em 1948, não consistia apenas em princípios de solidariedade, cooperação e paz, mas também de defesa pelo desenvolvimento da agricultura, na luta contra a erosão do solo, o analfabetismo, a pobreza, a ignorância e as endemias. Neste momento – no contexto da Guerra Fria e do estabelecimento, na década de 1950, com a emergência da alcunha de “País de Terceiro Mundo” –, intelectuais,

juristas, professores, políticos etc, passaram a incorporar à noção de pan-americanismo à chamada “política social”, ou “justiça social”, que visaria, portanto, a libertação da miséria, da ignorância e das doenças. Reprimindo os abusos do poder econômico, proclamando a educação como um direito de todos, e não admitindo o desemprego promovendo a seguridade social, a busca de vida digna para todos, refutando o trabalho como mercadoria, em prol do favorecimento do lazer, da igualdade dos meios de acesso à subsistência, do bem comum e do “bem-estar social”.

Ildefonso Mascarenhas nos diz que foi quando o Brasil tomou de vez a decisão, pelo pronunciamento do presidente Juscelino Kubitschek, de alertar os responsáveis pelo sistema continental acerca dessa situação explosiva. Pois era necessário corrigir essas distorções por meio de um programa que incluísse as reivindicações do continente, que se agravava continuamente com a prosperidade dos EUA na América. Em 9 de Março de 1958 foi lançada, então, a Operação Pan-americana (OPA). Afirmava-se, no documento inicial, que não se tratava de:

uma ação delimitada no tempo, com objetivos a serem atingidos a prazo curto, mas uma reorientação da política continental, com o fim de colocar a América Latina, mediante um processo de valorização total, em condições de participar mais eficazmente na defesa do Ocidente, através de um sentido crescente de vitalidade e um maior desenvolvimento de suas possibilidades. A Operação Panamericana não é, assim, um simples programa, mas toda uma política (Oliveira, *RIHGB*, 1963, 151).

Assim, como Antônio Carneiro Leão definiu bem a questão do tempo do pan-americanismo quando sugeriu que dele emanassem “vivos os elementos para melhorar o presente e preparar, na justiça, o futuro” (Leão, *RIHGB*, 1961, 48), o que não deveria de forma alguma crescer de forma intolerante com as questões de classe, raça e religião. Porém, a sua tese principal faz, ao contrário de todos os demais conferencistas, um caminho inverso, que não se reduziria apenas as questões econômicas ou políticas do movimento pan-americano, mas, também, de uma concepção sociológica. Esperava-se que o pan-americanismo despertsse no sentimento das pessoas esse espírito de “solidariedade social” e não apenas de “solidariedade nacional”, tornando-as pessoas melhores, pois, segundo ele: “A linguagem, mais do que qualquer outro fator de progresso, fez o homem sentir a importância da solidariedade, a urgência do entendimento coletivo” (Ibidem, 47).

Conclusão

Como vimos, o pan-americanismo, como sugeriu Antônio Camilo de Oliveira (1963), se constituiu como uma fonte dessa “história viva” das américas na relação com o seu passado histórico. Como percebemos, a todo instante, para se definir aqui, nessa análise, um conceito que pudesse dar visibilidade à dimensão da palavra “pan-americanismo”, busca-se na independência e nos laços de união da América o seu divisor de águas. Os seus autores buscaram lhe conferir flexibilidade e profundidade histórica. A maioria deles retomando a necessidade de buscar nas suas raízes o sentimento mais característico que pudesse, ao mesmo tempo, definir e expressar o seu grande espaço de atuação internacional e também de garantir os seus limites específicos da sua própria nacionalidade americana. O que percebemos é que a ele outros termos vão se incorporando, seja a democracia, a humanidade, a paz, a fraternidade, a sociedade, etc. Essa “consciência pan-americana” desperta, como atribuíram os seus autores e seus intérpretes, inspirou-se pelo espírito da liberdade na garantia da integridade territorial e da independência intercontinental e da igualdade das nações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 23., 1989. Disponível em: <https://docplayer.com.br/37497970-Memorias-da-balaiada-introducao-ao-relato-de-goncalves-de-magalhaes-luiz-felipe-de-alencastro.html>. Acesso em outubro de 2022

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São paulo: Companhia das letras, 2008.

BITTENCOURT, Feijó. Os Pan-americanos. Rio de janeiro: *RIHGB*, v. 184, 1944. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

_____. O Dia das Américas. Rio de Janeiro: *RIHGB*, v. 211, 1951. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

CALMON, Pedro. O dia da América. Rio de Janeiro: *RIHGB*., 1936. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

CAVALCANTI, Pedro. O dia da América. Rio de Janeiro: *RIHGB*, v. 187, 1945. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

CÍCERO, Manuel. Abertura da primeira sessão ordinária do ano de 1938, em 13 de Abril. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 173. 1938. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

COSTA, Sérgio da. O Panamericanismo. Rio de Janeiro: *RIHGB*, 1956. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

DOCA, Emílio Fernandes de Sousa. O dia da América. Rio de janeiro: *RIHGB*, 1917. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

FERRAZ, Antônio Leôncio. o Panamericanismo e suas origens. Rio de janeiro: *RIHGB*, v. 175, 1940. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

FILHO, Rodrigo O. Conferência sobre a Dourina de Monroe e o Panamericanismo. Rio de janeiro: *RIHGB*, v. 173, 1938. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

FORSTER, Maria Thereza Diniz. Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância para a diplomacia brasileira. Brasília: *Fundação Alexandre*

de Gusmão, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/863-Oliveira_Lima_e_as_Relacoes_Exteriores_do_Brasil.pdf Acesso em outubro de 2022

GUIMARÃES, Lucia Maria P. Um olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Revista Estudos Históricos*, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2057/1196>. Acesso em outubro de 2022

LEÃO, Antônio C. O Dia da América. Rio de Janeiro: *RIHGB*, v. 253, 1961. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

LE GOFF, Jaques. “Memória”. In. História e memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LEVENE, Ricardo. O conceito de História Americana e das novas investigações históricas no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: *RIHGB*, 1936. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword438-from=1936&searchword438-to=1936&moduleId=219&ItemId=174>. Acesso em outubro de 2022

MAGALHÃES, J. B. Pan-americanismo no quadro geral da civilização ocidental. Rio de Janeiro: *RIHGB*, 1948. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

MELO, Afonso Toledo Bandeira de. O Dia da América. Rio de Janeiro: *RIHGB*, 1955. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade brasileira. Niterói: *Revista Tempo*, nº 26, volume 13, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a02v1326.pdf>. Acesso em outubro de 2022

MOURÃO, J. C. de Carvalho.. Significações, causas, evolução e destino Pan-americano. Rio de Janeiro: *RIHGB*, 1944. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

OLIVEIRA, Antônio Camilo de. O Dia da América. Rio de Janeiro: *RIHGB*, v. 259, 1963. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

OTÁVIO, Rodrigo. O Dia da América. Rio de Janeiro: *RIHGB*, 1933. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec., 1997.

RÉ, Flávia Maria. A Distância entre as Américas: uma leitura do Pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo., 2010.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?. Rio de Janeiro: Editora FGV., 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870- 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOARES, Álvaro Teixeira. Novo Conceito de Panamericanismo. Rio de Janeiro: *RIHGB*, v. 239, 1958, p. 217. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

VASCONCELLOS, Ivolino de.. O Dia da América. Rio de Janeiro: *RIHGB*, v. 223, 1954, p. 428. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/162-volume-439.html>. Acesso em outubro de 2022

WASSERMAN, C.; VALDÉS, E. D. Pensamento latino-americano. Além das fronteiras nacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010a.

WASSERMAN, Ruy Mauro Marini: o exílio político e o surgimento de um latinoamericanista. In: WASSERMAN, C.; VALDEZ, E. D. (Orgs.). Pensamento latinoamericano. Além das fronteiras nacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS., 2010b.

Recebido em: 21/05/2022
Aprovação em: 18/10/2022



RLAH
Janeiro/Julho de 2022